

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Alvos da Lava Jato

prestigiam posse de Moraes no STF

Ao menos dez citados pelos delatores
da Odebrecht acompanham cerimônia
do substituto de Teori Zavascki



*Novo ministro, de 48 anos, afirmou ter convicção
de que seu trabalho pode auxiliar o STF*

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 23 MAR 2017

CONTINUAÇÃO

Brasília - O ministro Alexandre de Moraes tomou posse no STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta-feira (22). Ao menos dez citados pelos delatores da Odebrecht participaram da cerimônia: os governadores Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ), e Geraldo Alckmin (PSDB-SP); os senadores tucanos José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), além do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE); o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e os ministros Bruno Araújo (Cidades), Aloysio Nunes (Relações Exteriores) e Eliseu Padilha (Casa Civil).

O ex-presidente José Sarney (PMDB), também alvo de inquérito na Lava Jato, também foi homenagear o novo ministro do Supremo. Outro que esteve presente no evento foi o presidente Michel Temer, que indicou Moraes, então seu ministro da Justiça.

Na saída da posse, o novo ministro não quis comentar sobre a presença de citados na Operação Lava Jato e explicou que para a cerimônia são convidados integrantes dos três Poderes nas três esferas de governo. "Para a posse, são convidados membros de todos os poderes e de todas as esferas de governo, além de amigos, advogados e juízes. Eu quero aproveitar para agradecer a presença de todos", disse.

Ele defendeu que Judiciário, Executivo e Legislativo se unam na formulação de um pacto pela segurança pública no País e disse que pretende auxiliar a corte em temas como a defesa dos direitos fundamentais, o equilíbrio entre os três Poderes e o combate à corrupção e à criminalidade.

"Eu sempre repeti que a segurança pública não é só uma questão da polícia, mas da sociedade e do Judiciário. O STF tem uma função importante. Não só em jurisprudência e interpretação, mas também estipular um pacto republicano em relação a determinados temas, como da segurança pública", disse.

VAZAMENTOS

O ministro Aloysio Nunes acusou a Procuradoria-Geral da República de promover um "vazamento coordenado" de informações da Lava Jato. "O Ministério Público tem que ser guardião da lei. Houve um vazamento totalmente fora da lei", afirmou. "As informações vazaram antes chegar gabinete do ministro Fachin. Isso é intolerável."

O chanceler também criticou o procurador-geral, Rodrigo Janot, por reagir às declarações do ministro Gilmar Mendes (leia abaixo). "Como um procurador fala uma coisa dessa de um ministro do Supremo? É de lascar", disse. Alexandre de Moraes é o 168º ministro do STF no período republicano. Ele foi nomeado para ocupar a vaga aberta com a morte do ministro Teori Zavascki, em 19 de janeiro. Paulistano, Moraes tem 48 anos.

ALEGRIA

Após tomar posse, o novo ministro afirmou à imprensa que assume o cargo "com muita felicidade, muita honra, muita responsabilidade e com absoluta convicção de que o meu trabalho pode auxiliar o Supremo Tribunal Federal".

Também reiterou que quer "auxiliar no caminho que o Supremo vem trilhando já há muito tempo na defesa dos direitos fundamentais, no

equilíbrio entre os poderes, no combate à corrupção, no combate à criminalidade, que também é função do Poder Judiciário".

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Janot insinua que Mendes tem disenteria verbal

Agência Estado

Brasília - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fez um duro discurso em defesa da Lava Jato e da Procuradoria-Geral da República, afirmando que o Ministério Público Federal não realiza coletivas de imprensa em "off" e rebatendo as críticas feitas nesta terça-feira, 21, pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que havia acusado a PGR de praticar crimes de vazamento de conteúdos sigilosos de investigações.

Apesar de não ter mencionado o ministro do STF em seu discurso, Janot fez críticas à atuação política de Gilmar Mendes. Janot chamou de "mentira" a informação de que a PGR realiza "coletivas de imprensa em 'off'", que foi divulgada pela ombudsman da Folha de S. Paulo, Paula Cesarino Costa, em texto publicado no domingo.

"Aliás, essa matéria jorna-

lística sequer ouviu o outro lado. Nós não fomos chamados a nos pronunciar sobre esta mentira", disse o procurador durante uma reunião de procuradores eleitorais em Brasília. "Aliás, esta matéria imputa esta prática como sendo uma prática corriqueira nos Três Poderes da República, e, apesar da imputação expressa de até o STF [fazer tal prática], não vi uma só palavra de quem teve uma disenteria verbal a se pronunciar sobre esta imputação ao Congresso, ao palácio e até ao Supremo", afirmou Janot.

"Só posso atribuir tal ideia a mentes ociosas e dadas a devaneios, mas infelizmente com meios para distorcer fatos e desvirtuar instrumentos legítimos de comunicação institucional", disparou o chefe da Procuradoria-Geral da República. Não foi a primeira vez em que Janot respondeu a declarações de Gilmar Mendes críticas ao Ministério Público Federal.

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato corre o risco de não deixar legado, diz procurador

Coordenador da força-tarefa
no MPF critica investidas no
Congresso para minar as
investigações: "eles perderam
muito da vergonha"

“

*Só existe uma coisa que os
políticos temem mais que as
investigações: as eleições”*

Victor Lopes
Reportagem Local

Três anos depois de trazer à tona um gigantesco esquema de corrupção na Petrobras que abalou as estruturas do País, a Operação Lava Jato corre o risco de não deixar legado algum à sociedade devido à “desfaçatez da classe política”.

A preocupação foi externada nesta quarta-feira (22) em Londrina por um dos coordenadores da força-tarefa da operação, o procurador do Ministério Público Federal Carlos Fernando dos Santos Lima, durante a 8ª edição do EncontroFolha, que teve como tema “Ética e Transparência nas Empresas”. Lima e o advogado Marlus Arns, que atua na equipe de defesa do

ex-deputado Eduardo Cunha, foram dois dos painelistas do evento.

O procurador confirmou que mais de 300 novos inquéritos serão iniciados daqui pra frente em decorrência das delações premiadas do Grupo Odebrecht. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator da Lava Jato na corte, Edson Fachin, recebeu nesta semana os 83 pedidos de abertura de inquérito a partir dos acordos de colaboração premiada de 78 executivos e ex-executivos da empreiteira, enviados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A Lava Jato completou três anos semana passada e 155 acordos de colaboração premiada já foram realizados com pessoas físicas, e outros

dez de leniência com pessoas jurídicas. Laudos apontam que os prejuízos à Petrobras podem chegar a R\$ 42 bilhões. “O procurador-geral da República solicitou ao Supremo ao menos 300 novas investigações”, disse Carlos Fernando dos Santos Lima à FOLHA.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 23 MAR 2017

CONTINUAÇÃO

DECEPÇÃO

E se a Lava Jato teve como maior mérito levar à cadeia políticos, grandes empreiteiros e lobistas, a operação corre o risco de ter sido em vão e deixar um enorme sentimento de frustração na sociedade, segundo o procurador da força-tarefa, se o Congresso levar adiante propostas que visem blindar os investigados.

“Nós podemos ter esse legado (de prender políticos e empreiteiros), mas também podemos ter uma decepção da população”, alertou. “Se por um acaso o Congresso, que está ameaçando novamente aprovar uma anistia, soltar pessoas que estão presas, que estão condenadas, impedir que nós processemos os políticos, qual vai ser a sensação da sociedade? Não será positiva porque a Lava Jato atingiu e colocou na cadeia, a sensação será que realmente nós não temos nada o que fazer, os poderosos sempre vão vencer. Então, ainda estamos no meio de um caminho, não chegamos no final dele”, afirmou Lima.

INVESTIDAS

O procurador salientou que as “forças contra as investigações são muito fortes e se vê diariamente pessoas interessadas em anular algo que promova realmente a limpeza no País”. “Foram inúmeras as investidas contra a Lava Jato. No final do ano passado, toda semana estávamos na imprensa denunciando projetos (de lei) que visavam acabar com a operação, ou punindo quem investiga”.

Ele citou, por exemplo, a “retaliação no pacote das dez medidas contra a corrupção”

propostas pelo Ministério Público Federal (MPF). O projeto 4850-2016 recebeu uma série de emendas antes de ser aprovado na Câmara dos Deputados. “Eles perderam muito da vergonha, mas ainda têm medo da população. Por sorte, salvo a retaliação que fizeram das 10 medidas, nós não tivemos um prejuízo das investigações, entretanto isso pode acontecer a qualquer minuto”, ponderou.

SURPRESAS

Uma das “surpresas” que os políticos podem preparar, segundo o procurador, são as medidas de anistia da Lava Jato, como já foi dito pelo relator da reforma política nesta semana. “A classe política age como um corpo em solidariedade aos seus membros investigados. Está se revelando para a população o que tem de pior, esse corporativismo na corrupção. Só existe uma coisa que os políticos temem mais que as investigações: as eleições”.

CRÍTICAS

Sobre os questionamentos feitos por alguns analistas e parte da sociedade de que a Lava Jato teria ela própria politizado sua atuação ao centrar suas investigações no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demais políticos do PT, Carlos Lima disse que é uma interpretação errada. “Isso não é verdadeiro. Essa crítica nem é mais feita, justamente pelo fato de que agora as revelações envolvem todos os partidos, mesmo os de oposição, porque quem não faz no governo federal acaba fazendo nos governos estaduais e nos governos municipais”, rebateu.

REFORMA POLÍTICA

Por fim, o coordenador da operação disse não ver outra alternativa a não ser uma reforma política, devido ao sistema eleitoral muito caro, “que gera necessidade excessiva de dinheiro e que os candidatos acabam buscando de fontes não oficiais”. “Isso gera o caixa 2, o loteamento dos cargos políticos, além da exigência desses funcionários públicos para que forneçam dinheiro aos seus padrinhos. Vimos isso na operação Carne Fraca, um loteamento político no MAPA e também vimos isso na Petrobras, no loteamento das diretorias.”

PARANÁ

Ao ser questionado por que tantas operações com ramificações no Paraná - como Carne Fraca, Publicano e a própria Lava Jato -, o procurador elogiou o Ministério Público e a polícia que agem no Estado. “Isso vem se desenvolvendo nos últimos 20 anos, com a operação Banestado. Nós, do Ministério Público Federal, aprendemos a lidar com autoridades estrangeiras, a fazer investigações técnicas de corrupção e lavagem de dinheiro. Isso realmente faz toda a diferença”. Leia na edição do próximo final de semana a cobertura completa do EncontrosFolha. O evento teve os apoios da Vectra e ISAE/FGV. (Colaborou Diego Prazeres)

CONTINUA

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Cunha: apreensivo e na expectativa do habeas corpus

O advogado curitibano Marlus Arns de Oliveira também foi painelista da 8ª edição do Encontro FOLHA. Ele é diretor executivo do Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico (IBDPE) e defende aproximadamente 20 pessoas investigadas na Lava Jato, incluindo o ex-presidente da Câmara e deputado cassado, Eduardo Cunha. O advogado defende que seu principal cliente já deveria estar respondendo às acusações em liberdade. Nesta semana, mais um habeas corpus foi negado pela Justiça.

Ele comentou que atualmente Cunha responde por duas acusações penais: uma no Paraná e outra em Brasília. "A ação penal em Curitiba está em fase final e a de Brasília, em fase inicial. Já demonstramos que na ação penal de Curitiba alguns fatos não são verdadeiros no que diz respeito à acusação contra ele, e estão sendo analisado com calma outros fatos que precisam ser confrontados. Estamos na fase das alegações finais, com o prazo vencendo na próxima segunda-feira. Estamos apresentando provas para indicar que pelo menos uma parte dos fatos não é verdadeira e a outra é bastante discutível".

O advogado de defesa aproveitou para dizer que a prisão de Cunha "não é mais necessária". "No processo em Curitiba a instrução processual, ou seja, a coleta de provas, já foi feita, o que indica processualmente que ele poderia estar em liberdade. Foi julgado um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça e apesar da liberdade não ter sido concedida, alguns ministros já sinalizaram no sentido que não há risco de fuga e ele poderia responder ao processo em liberdade. Ele está apreensivo, acompanhando o processo passo a passo, nos auxiliando com os fatos para fazer a prova defensiva e na expectativa ter um habeas corpus favorável e responder ao processo em liberdade".
(V.L.)

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Réus da Boate Kiss

vão a júri popular

Chico Guevara

Agência Estado

Porto Alegre - A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que os quatro réus do processo principal da Boate Kiss vão a júri popular. Os desembargadores mantiveram a decisão tomada na primeira instância, que determinou que o destino dos sócios da casa noturna e dos membros da banda Gurizada Fandangueira seja decidido por um corpo de jurados. Ainda cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A apreciação desta quarta-feira (22) ocorreu no Tribunal de Justiça gaúcho, em Porto Alegre, e contou com a presença de familiares de vítimas da Kiss e de alguns sobreviventes da tragédia de Santa Maria, que matou 242 pessoas em 27 de janeiro de 2013.

Em julho de 2016, o juiz da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, Ulysses Fonseca Louzada, determinou que Elissandro Callegaro Spohr, Mauro Londero Hoffmann, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão fossem a júri popular. Eles respondem por homicídio duplamente qualificado pelas 242 mortes, e por 636 tentativas de homicídios. Entretanto, as defesas dos réus recorreram da decisão.

Segundo o relator, desembargador Manuel Martinez, não houve dolo eventual. "A prova produzida e reproduzida não aponta para uma conduta dolosa por parte dos acusados", destacou na audiência desta quarta. O voto seguinte foi o do desembargador Jayme Weingartner Neto, que foi favorável ao júri, assim como seu colega Sylvio Baptista Neto. Para Neto, presidente da 1ª Câmara Criminal, houve o dolo eventual. Ele afastou as qualificadoras (motivo torpe e meio cruel).

*Tragédia em Santa Maria
matou 242 em 27 de
janeiro de 2013*

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

**Referência no PR,
advogado de Lula
renuncia à defesa**

Estelita Hass Carazzai

Folhapress

Curitiba - O advogado Juarez Cirino dos Santos, que integrava a banca de defesa do ex-presidente Lula, renunciou à defesa do petista nesta semana. Ele protagonizou alguns dos principais embates com o juiz Sergio Moro durante audiências na Justiça Federal do Paraná, chegando a afirmar que o magistrado se portava como acusador. Na ocasião, Moro levantou a voz e gritou ao advogado: "O sr. respeite o juízo!" "Eu vou ficar é com saudades desses embates", disse o advogado. "Foram muito importantes, porque era necessário um posicionamento da advocacia perante o juiz. E eu assumi essa posição." O defensor afirmou ter deixado a defesa por "motivos eminentemente pessoais". Professor de Direito na Universidade Federal do Paraná, onde Moro também lecionava até o ano passado, Cirino é referência em Direito Penal, área na qual é pós-doutor pela Universidade de Saarland, na Alemanha. Continuam na defesa do ex-presidente os advogados Cristiano Zanin Martins, José Roberto Batochio e Roberto Teixeira.

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Mandado de segurança

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, negou liminar ao vereador Emerson Petriv (PR) em mandado de segurança no qual pedia a nulidade de duas representações feitas contra ele em razão da chamada "Blitz da saúde" - espécie de fiscalização na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jardim do Sol (zona oeste) ocorrida em fevereiro. Ele alegava que o recebimento das representações pela presidência da Câmara se deu com base na Lei Orgânica e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que seriam incompatíveis com a Constituição Federal. Tal situação, alegou o parlamentar, configuraria ofensa à Súmula Vinculante 46, a qual prevê que "a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência privativa da União".

Situação de pobreza

Para o juiz, entretanto, o caso do vereador não se trata de crime de responsabilidade, mas, sim, de suposta quebra de decoro parlamentar. "Ora, quebra de decoro parlamentar não é sinônimo de prática de crime de responsabilidade, nem com ele se confunde. São coisas distintas, tanto na forma como na substância. Os crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas, que exigem tipificação expressa em lei federal, cujos sujeitos ativos restringem-se a autoridades que exercem poderes de governo ou de comando de instituições", explicou o magistrado. Tendo o vereador pedido o benefício da justiça gratuita, o juiz determinou que apresente holerite para confirmar a situação de pobreza que o impede de arcar com as custas judiciais.

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Abuso de autoridade

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que entregou nesta quarta-feira, 22, o novo relatório do projeto que atualiza a lei de abuso de autoridade à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo Requião, o apoio ao texto no Congresso Nacional cresceu após a Operação Carne Fraca da Polícia Federal (PF), deflagrada na última sexta-feira, 17. "A Operação mostrou o que é o abuso de um delegado e o prejuízo que ele pode causar", declarou. Para o parlamentar, a Operação é importante, mas se transformou em um "espetáculo midiático que atingiu todo um setor econômico que nada tinha a ver com isso". Requião afirmou que delegados como Maurício Moscardi Grillo, que coordenou a Carne Fraca, estão "testando a estrutura judiciária brasileira". "Lei é para ser seguida", defendeu.

Deboche

Requião disse que fez apenas uma modificação em relação ao seu primeiro relatório, para impedir o que chamou de "embargo de gaveta", que passaria a ter que ser justificado por promotores e juízes. Caso o contrário, eles seriam punidos. "Se não fica essa brincadeira do [Procurador-geral da República, Rodrigo] Janot mandar um pedido de abertura de inquérito do senador Aécio Neves (PSDB-MG) depois da prescrição. Pode demorar, mas essa demora tem que ser justificada. Isso é um deboche, temos que colocar uma ordem", afirmou.

23 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Sim ao foro privilegiado

Mas com algumas alterações: a) todos os colaboradores públicos, concursados e em função de confiança, do Executivo, Legislativo e Judiciário, na União, nos estados e municípios, teriam direito a ele; b) o privilégio deste grupo estaria na preferência dos julgamentos e no prazo para sua finalização e não em um tribunal especial, seguindo os regimes de primeira, segunda e terceira instâncias normais da Justiça, com aplicação das penalidades já na segunda instância; c) aceito o processo, todos os bens do acusado, dos herdeiros ascendentes, descendentes e laterais ficariam bloqueados e passariam a receber minuciosa investigação por parte da Receita Federal, e, desta forma, além da União, todos os seus parentes próximos o estariam fiscalizando; d) por último, restando ao acusado a condenação por exercício irregular da profissão e enriquecimento ilícito, a pena seria a perda total do patrimônio, benefícios e vantagens advindos do Estado. Tenho certeza de que as coisas seriam diferentes.

PAULO MAURÍCIO ACQUAROLE (aposentado) - Londrina

Carne Fraca

Os supremos ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli estão indignados com a repercussão que a operação da Polícia Federal vem causando desde sua deflagração, tendo em vista as provas de corrupção amealhadas em dois anos de investigação, atos esses que foram praticados por servidores do alto escalão do Ministério da Agricultura mancomunados com os gestores de grandes corporações responsáveis pela distribuição de proteína animal (bovinos, suínos e aves), tanto no mercado interno como no externo. A suspensão, por tempo indeterminado, das importações feitas por países como China, Coreia do Sul e Chile e pela União Europeia indicam prejuízos de bilhões de dólares ao nosso país (um dos maiores exportadores do mundo), com impacto devastador para o nosso PIB que, lamentavelmente, poderá perdurar por décadas. Acontece que a Polícia Federal, por atribuição constitucional (inciso I do parágrafo 1º do art. 144), investiga crimes que tenham repercussão interestadual ou internacional e cuja repressão deva ser uniforme. Quem faz estardalhaço é a imprensa. Ademais, ninguém mobiliza 1,1 mil agentes federais para cumprir inúmeros mandados de busca e apreensão, prisões temporárias e prisões preventivas, em vários estados da Federação, sem que o juiz federal competente esteja convencido dos indícios de autoria e de materialidade para expedição das respectivas ordens judiciais. Considerando que a adulteração de alimentos, assim como a falsificação de medicamentos, representa uma das formas mais repugnantes de engodo ao consumidor, inclusive tipificada como crime hediondo, conclui-se que são precipitadas as críticas efetuadas contra um órgão federal que atua diligentemente no estrito cumprimento do seu dever legal. Diante das evidências, não há desculpas!

RICARDO LAFFRANCHI (advogado) - Londrina

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Estridência descabida

Troca de ataques entre autoridades deixa em segundo plano o interesse público na divulgação de informações da Lava Jato

O vazamento de nomes de políticos sob a mira da Lava Jato despertou reação despropositada — pelo linguajar grosseiro e a ligeireza com que se trocaram acusações graves— de autoridades que deveriam dar exemplo de equilíbrio na condução das investigações e eventuais processos judiciais.

A escalada de ataques começou pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que atribuiu à Procuradoria-Geral da República responsabilidade pela divulgação de informações ora sob sigilo. “Não tenho dúvidas de que aqui está narrado um crime”, disse o magistrado nesta terça-feira (21).

Um dos motivadores de tal declaração foi coluna da ombudsman desta **Folha**, Paula Cesarino Costa, com críticas à cobertura da imprensa referente a pedidos de inquérito, que serão examinados pelo STF, envolvendo ministros e parlamentares citados em delações premiadas da Odebrecht.

De acordo com a ombudsman, cuja atuação é independente da Redação do jornal, dados sobre a lista de nomes foram passados por integrantes do Ministério Público a veículos de imprensa, de maneira simultânea, sob a condição de anonimato da fonte.

Atrapelando a discrição apro-

priada ao posto, Gilmar Mendes aventou que o material trazido a público —no qual se destacam expoentes do PMDB e do PSDB— possa ser descartado na investigação.

Também excessiva foi a resposta, no dia seguinte, do procurador-geral, Rodrigo Janot —que, sem citar o ministro do STF, declarou não participar “dos círculos de comensais que cortejam desavergonhadamente o poder político”.

A seu oponente em nada oculto, Janot dedicou expressões como “decrepitude moral” e “disenteria verbal”. Negou, por fim, o episódio narrado pela ombudsman e criticou a **Folha** pela publicação.

Há mais estridência que substância nas investidas de lado a lado. É evidente, afinal, que haverá vazamentos em uma operação das dimensões da Lava Jato.

Sem dúvida, corre-se nesse processo o risco de propagação de versões parciais ou distorcidas —esta, aliás, a legítima preocupação da ouvidora do jornal.

À imprensa cabe perseguir o esclarecimento dos fatos tendo como horizonte o interesse público; é tarefa das autoridades zelar pelos sigilos impostos por lei, sem que isso as exima de tornar mais transparentes seus procedimentos.

No hiato entre os pedidos de inquérito e sua aceitação ou não pela Justiça, estarão em conflito o direito da sociedade à informação e as garantias processuais dos investigados. Com serenidade, deve-se debater maneiras mais racionais de harmonizá-los.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Um cenário ingrato

BRASÍLIA - A turma que tenta melar a Lava Jato ganhou mais um motivo para sonhar. O ministro Gilmar Mendes sugeriu que a delação da Odebrecht pode ser anulada pelo Supremo Tribunal Federal. Seria um tiro fatal nas investigações sobre os repasses da empreiteira a políticos.

O motivo alegado por Gilmar é a publicação de informações sigilosas na imprensa. Ele acusou a Procuradoria-Geral da República de tratar o Supremo como “fantoche” e afirmou que o vazamento de informações é “eufemismo para um crime”.

“Cheguei a propor no final do ano passado o descarte do material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente e divulgadas ilicitamente. Acho que nós devemos considerar esse aspecto”, afirmou Gilmar.

As declarações irritaram o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Numa reação furiosa, ele sugeriu que o ministro padece de “decrepitude moral” e “disenteria verbal”.

“Procuramos nos distanciar dos banquetes palacianos. Fugimos dos círculos de comensais que cortejam desavergonhadamente o poder”, acrescentou o procurador, numa referência à presença constante de Gilmar em almoços e jantares com o presidente Michel Temer.

A troca de amabilidades é lamentável, mas questão que importa é outra: afinal, a delação pode mesmo ser anulada pelo Supremo?

Em conversas reservadas, dois ministros da corte garantem que não. A divulgação de uma lista de investigados não comprometeu a Lava Jato, e a sociedade não aceitaria que a sujeira revelada pela operação fosse varrida para baixo do tapete.

Além disso, a anulação do caso poria em risco todas as investigações em curso no país. Daqui para a frente, os advogados passariam a adotar um método infalível: vazar provas contra os próprios clientes e pedir sua absolvição sumária. Seria um cenário ingrato até para os criminalistas, que se veriam obrigados a baixar o valor dos honorários.

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO DIAS

Traslado de informações

SÃO PAULO. Ombudsman de quase todos os assuntos da República, Gilmar Mendes não poderia deixar de opinar sobre o trabalho dos jornalistas. Ao comentar a divulgação de políticos envolvidos com a Lava Jato e criticar a Procuradoria-Geral, o ministro do STF disse que “a imprensa parece acomodada com esse acordo de traslado de informações”.

A imprensa decerto merece muitas e permanentes críticas, mas “acomodada”, nesse caso, é um pouco demais. A discussão só existe porque a imprensa não se acomodou. Buscou informações e trasladou ao público as que lhe pareceram embasadas e relevantes — seu trabalho, afinal.

O ministro fala em acordo. Qual seria? Toda fonte tem interesse. É papel do jornalista filtrar isso. Não há sinal, até aqui, de que algum repórter dessa cobertura tenha incorrido em conduta antiética ou criminosa.

Dito isso, a semana é sim propícia para discutir o que no jargão se chama “off the records”, informação de origem não explicitada ao público.

Em São Paulo, num caso heterodoxo, um blogueiro foi levado à PF para revelar quem lhe contou sobre a condução coercitiva de Lula. No Maranhão, três blogueiros acabaram presos porque estariam utilizando dados sigilosos para chantagem.

Nas duas situações, aponta-se que os envolvidos utilizaram a informação não de maneira jornalística, mas para beneficiar alguém ou a si próprio — o que está fora da garantia constitucional que preserva o sigilo da fonte no exercício profissional.

É só o início da zona cinzenta. Mais e mais empresas usam técnicas jornalísticas para apurar algo destinado a um único cliente. Não há nada de errado com a atividade. Mas, a despeito do uso da técnica, isso não é jornalismo. O sigilo da fonte abarca esse exercício profissional?

As nuances de uma profissão e de um setor em transição vão testar seguidamente os limites da lei, criada e executada por muitos dos que são objeto de notícias nada favoráveis.

23 MAR 2017

Janot rebate crítica de Gilmar e nega vazamento na Lava Jato

Sem citá-lo, ele acusa ministro do STF de ter tido uma 'disenteria verbal'

Gilmar dissera na véspera que a Procuradoria vazou dados sigilosos da operação a jornalistas

DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, rebateu nesta quarta (22) acusações feitas na véspera pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Gilmar acusou a Procuradoria de vazar informações sigilosas da Operação Lava Jato para jornalistas.

Sem citar o ministro, Janot disse que procura se distanciar "dos banquetes palacianos, fugindo dos círculos de comensais que cortejam desavergonhadamente o poder político". A referência é a jantares dos quais Gilmar participa com a presença do presidente Michel Temer e ministros.

"Repudiamos a relação promíscua com a imprensa seja nacional, seja internacional", afirmou Janot, que participou de evento da Pro-

“ Alguns tentam nivelar a todos à sua decrepitude moral, e para isso acusam-nos de condutas que lhes são próprias, socorrendo-se da aparente intangibilidade proporcionada pela eventual posição na estrutura do Estado

RODRIGO JANOT, PROCURADOR em 22/3

curadoria sobre as eleições de 2016.

"Em projeção mental, alguns tentam nivelar a todos à sua decrepitude moral, e para isso acusam-nos de condutas que lhes são próprias, socorrendo-se não raras vezes da aparente intangibilidade proporcionada pela eventual posição que ocupa na estrutura do Estado", disse o procurador-geral.

A fala de Gilmar, feita em sessão do STF, mencionou a coluna do último domingo (19) da ombudsman da **Folha**, Paula Cesarino Costa, que tratou dos pedidos de abertura de inquéritos feitos por Janot ao STF.

Segundo ela, a divulgação do material se deu pelo que chamou de "entrevista coletiva em off" —sem identificação da fonte— da Procuradoria a veículos de imprensa. Paula mencionou TVs, rádios, portais de internet, a **Folha** e os jornais "O Estado de S. Paulo", "O Globo" e "Valor".

A ombudsman atua de forma independente da Redação da **Folha** e tem a função de criticar as edições do jornal e representar os leitores.

Gilmar disse que a Procuradoria deve explicações ao STF. Nas palavras dele, o caso pode transformar o tribunal num "fante" da procuradoria.

Sobre o episódio mencionado pela ombudsman, Janot declarou: "Não quero determe no fato específico, mas não posso deixar de repudiar com toda veemência a aleivosia que tem sido disseminada para o público nos últimos dias: é uma mentira, que beira a irresponsabilidade, afirmar que realizamos, na Procuradoria-Geral da República, coletiva em off de imprensa para vazarmos nomes da

Odebrecht".

"Quanto a esse fato em particular posso afirmar que vários dos jornalistas aqui presentes são testemunhas deste fato. Testemunhas oculares desta mentira, desta aleivosia que foi lançada por um meio de comunicação, irresponsavelmente por um meio de comunicação", ressaltou.

"Aliás, essa matéria, que procura agredir o Ministério Público, essa matéria jornalística que sequer ouviu o outro lado, nós não fomos chamados a nos pronunciar sobre essa mentira, imputa também essa mesma prática de coletivas em off, com vistas a cometer crime de divulgação de assuntos sigilosos e protegidos por sigilo legal ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e, diz a matéria, ao Supremo. Imputa essa prática como sendo uma prática corriqueira dos maiores Poderes da República", afirmou.

Novamente sem mencionar o nome de Gilmar, Janot então disse: "E apesar da imputação expressa até ao Supremo Tribunal Federal, não vi uma só palavra de quem teve uma disenteria verbal a se pronunciar sobre essa imputação ao Congresso, ao Palácio do Planalto e até, como diz a matéria, ao Supremo Tribunal Federal", declarou.

"Só posso atribuir tal ideia a mentes ociosas e dadas a devaneios, mas, infelizmente, com meios para distorcer fatos e desvirtuar instrumentos legítimos de comunicação institucional. Refutei pessoalmente este fato para os próprios representantes do veículo de comunicação, e vou me furtrar a dizer aqui o nome, eram três representantes deste veículo de comunicação que publicou essa matéria inverídica".

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUA

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OMBUDSMAN

De fato, o editor-executivo da **Folha**, Sérgio Dávila, o secretário de Redação Roberto Dias e o diretor da sucursal de Brasília, Leandro Colon, estiveram com o procurador-geral nesta segunda (20).

A visita de trabalho foi solicitada pelo jornal na quarta (15) da semana anterior e confirmada na sexta (17) pela assessoria de imprensa do procurador — antes, portanto, da veiculação no domingo (19) da coluna da ombudsman, cujo teor os jornalistas desconheciam até a publicação.

Sobre as declarações de Janot, a ombudsman da **Folha** disse reafirmar as informações que foram publicadas na coluna do último domingo, “confirmadas por mais de três fontes independentes, como requer a boa prática jornalística”. “Em razão da função que exerço, tenho compromisso com a independência e a transparência do processo jornalístico, tendo sido essa minha única e exclusiva motivação”, afirmou Paula nesta quarta (22).

“Cheguei a propor no final do ano passado o descarte do material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente e divulgadas ilicitamente e devemos considerar esse aspecto

GILMAR MENDES, MINISTRO DO STF
em 21/3

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Alvos da Lava Jato vão à posse de Moraes no STF

O ministro Alexandre de Moraes tomou posse no STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta-feira (22).

Ao menos dez citados pelos delatores da Odebrecht participaram da cerimônia, entre eles os governadores Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ) e Geraldo Alckmin (PSDB-SP), e os ministros Bruno Araújo (Cidades), Aloysio Nunes (Relações Exteriores) e Eliseu Padilha (Casa Civil).

Moraes é o 168º ministro do STF no período republicano. Ele foi nomeado para ocupar a vaga aberta com a morte do ministro Teori Zavascki, em 19 de janeiro.

Na saída da posse, ele não quis comentar sobre a presença de citados na Lava Jato e explicou que para a cerimônia são convidados integrantes dos três Poderes.

Moraes defendeu que os poderes se unam por um pacto pela segurança pública e disse que pretende auxiliar a corte em temas como o combate à corrupção.

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Cunha vai à Justiça contra livro que usa seu nome

Obra é ficção e censura
prévia, vetada, diz editor

O ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apresentou à Justiça uma ação contra a editora Record pela publicação do livro "Diário da Cadeia", assinado por um autor identificado como "Eduardo Cunha (pseudônimo)". A previsão é que a obra seja vendida a partir de segunda (27).

Ele pede que a editora seja impedida de distribuir o livro e recolha os exemplares que, por ventura, já tenha entregue a livrarias. Pede ainda R\$ 100 mil por danos morais.

A obra traz relatos em primeira pessoa do que seria a rotina de Cunha no complexo penal em Curitiba, onde está preso desde outubro do ano passado. O subtítulo do livro ("Com trechos da obra inédita Impeachment") faz referência ao relato que o peemedebista prometeu publicar após ter sido cassado.

Ticiano Figueiredo de Oliveira, advogado de Cunha, diz que o livro "é uma fraude que induz não só o leitor, como toda a sociedade, a erro".

Editor da obra, Carlos Andreazza afirma que se trata de um livro de ficção e que a ação de Cunha, antes da publicação do livro, "esbarra na decisão do Supremo que impede a censura prévia".

"Uma vez que se torne público, quem se sentir agravaado tem todo o direito de ir à Justiça. Por enquanto temos apenas Eduardo Cunha processando um romance."

PAINEL

Em memória

Em meio à expectativa de que o ministro Edson Fachin derrube o sigilo dos depoimentos de delatores da Odebrecht, Francisco Zavascki, filho de Teori Zavascki, contou ter dado um conselho ao substituto de seu pai como relator da Lava Jato no Supremo. "Falei a ele que se proteja, física e espiritualmente. Sou testemunha de como o pai sofreu por causa desse processo." Francisco diz não se preocupar com o desfecho da operação. "Ele é um grande juiz. Quanto a isso, estou tranquilo."

Em frente Francisco não fez comentários sobre Alexandre de Moraes, que tomou posse nesta quarta (22) no STF como substituto de seu pai. "Vamos torcer que a escolha tenha sido acertada."

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Senado tenta apressar votação de texto que pune abuso de autoridade

Foco do projeto, de Renan Calheiros, são policiais,
promotores, procuradores e magistrados

Projeto começou a ser discutido em meio à crise com o Judiciário e voltou à pauta após a operação Carne Fraca

DÉBORA ÁLVARES
DE BRASÍLIA

Os senadores aceleraram a articulação para votar no início de abril na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto que pune abuso de autoridade e levá-lo a plenário logo depois.

Relator da proposta, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) entregou nesta quarta (22) a sua conclusão dos trabalhos. O texto define condutas abusivas de agentes públicos dos três Poderes, das três esferas (federal, estadual e municipal), além dos integrantes do Ministério Público. O foco, no entanto, são os policiais, promotores, procuradores, e magistrados.

O assunto está em discussão desde o ano passado em meio à crise entre o então presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), autor do projeto, e o Judiciário.

As recentes críticas de senadores à Operação Carne Fraca, conduzida pela Polícia Federal, reforçaram o movimento para que o projeto

seja votado no curto prazo. O próprio Renan se referiu à ação da PF como “abuso de autoridade”.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), disse que concederá prazo de uma semana para que todos os colegas possam tomar ciência do relatório de Requião.

Na proposta, o relator lista uma série de práticas que define como abusivas, entre elas, por exemplo, decretar a condução coercitiva de testemunha ou de investigado sem prévia intimação de comparecimento ao juízo, sob pena de prisão de 1 a 4 anos, e multa.

O projeto estipula a punição, com prisão de 6 meses a 2 anos e multa, a quem “impedir sem justa causa a entrevista do preso com seu advogado” ou àquele que “requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime”.

O relator abre a possibilidade para que a defesa processe um juiz que condenou seu cliente na primeira instância caso o da segunda instância seja favorável ao acusado. Requião também decidiu desqualificar a demora de um

promotor público em se manifestar em processo, desde que haja justificativa.

O senador afirmou que seu projeto não tem nenhuma relação com alguma intenção em controlar o avanço da Lava Jato. “Sou mil vezes a favor da operação e da cadeia dessa gente toda”, disse.

Ele admitiu, no entanto, que a Operação Carne Fraca acelerou o clima favorável ao projeto de abuso de autoridade. “Porque mostrou que tem que por freio”, afirmou.

Investigado pela Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), Edison Lobão também buscou desvincular a proposta de qualquer articulação para barrar a Lava Jato.

“Esse projeto nada tem a ver com o passado, nem especificamente com o presente, nem com o futuro. Tem a ver com todos. Ou seja, essa não é uma lei para esse momento, é uma lei para sempre. Mas como não se imagina que as autoridades vão simplesmente abusar, ninguém deve ter essa lei”, declarou.

CONTINUA

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O projeto tem enfrentado ampla resistência, especialmente no Judiciário. Houve, inclusive, uma audiência pública no plenário com a presença do juiz Sérgio Moro, que conduz a Lava Jato na Justiça Federal no Paraná.

Moro chegou a afirmar que a votação do texto poderia ser interpretada pela sociedade como uma forma de “tolher” a independência do Poder Judiciário.

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Em carta, preso diz que Lava Jato cria 'leis próprias' e critica Moro

PAULO GAMA
DE SÃO PAULO

Preso pela Lava Jato desde maio de 2016, o empresário Eduardo Meira escreveu na terça-feira (21) uma carta de próprio punho de dentro do complexo penal em Curitiba com críticas à operação e à atuação do juiz Sergio Moro.

No texto, Meira diz que houve a "criação de leis próprias para justificar prisões e condenações contrárias ao nosso ordenamento jurídico e à nossa jurisprudência".

Preso na 30ª fase da operação — que teve o petista José Dirceu como alvo principal — Meira é acusado de operar propinas em contratos da Petrobras. Ele é sócio da Credencial, empresa que, de acordo com os investigadores, era usada como fachada para intermediar os subornos.

O empresário diz ter sido condenado a oito anos e nove meses de prisão "com base apenas em palavras de delatores". "A lei explicita: 'So-

mente a palavra de delatores não pode ser o único instrumento de prova", escreve.

O empresário também critica a condenação recebida por ele no início do mês. "Recentemente me condenaram a oito anos e nove meses, incluindo, pasmem, 'associação criminosa' de duas pessoas (eu e meu sócio); confundindo quadrilha com bairão", assinalou.

Meira ataca ainda as delações "ditas espontâneas", de presos "sem perspectiva pelas artimanhas de um juiz, que usando parte da mídia sedenta por justicamento, comete arbitrariedades".

"Mandela já dizia, ao rejeitar acordo para ser solto quando cumpria a sua prisão: 'Somente homens livres podem negociar, prisioneiros não podem fazer acordos'."

No texto, de três páginas, escrito em letra manuscrita alternando canetas preta e vermelha, o empresário lembra também as críticas do ministro Gilmar Mendes às

"alongadas prisões de Curitiba" e o "encontro marcado" delas com o Supremo, o que foi sugerido pelo magistrado no início de fevereiro.

Diz esperar que o "encontro seja breve". "Antes que eu tenha cumprido a pena, à qual não fui definitivamente condenado", finaliza.

CARNE FRACA

Meira menciona ainda a Operação Carne Fraca, deflagrada na última sexta-feira (17) para apurar supostas irregularidades na fiscalização de frigoríficos pelo país.

Diz que a ação atingiu em cheio "um dos maiores setores da economia brasileira e deram prejuízos incalculáveis". Afirma que com a Lava Jato não foi diferente.

"Quebraram um setor de excelência da economia, exportador de serviços e tecnologia, gerador de empregos. Tudo isso, com a aprovação de uma competência processual de forma ilegal."

O empresário assina a carta como "preso ilegal da República de Curitiba".

Procurada, a 13ª vara da Justiça Federal em Curitiba não se manifestou sobre a carta do preso.

23 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Assembleia troca nomes de cargos para driblar Justiça

TJ suspendeu nomeação de servidores de confiança
que deveriam ser efetivos

Legislativo se propôs a reformular seu quadro, mas, para especialistas, apenas rebatizou as funções para mantê-las

GABRIELA SÁ PESSOA
REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

Uma manobra da Assembleia Legislativa de São Paulo tenta evitar a exoneração de 251 servidores em cargos de confiança que deveriam ser concursados, objeto de uma ação judicial.

Projeto aprovado em 14 de março que aguarda sanção do governador Geraldo Alckmin (PSDB) transforma esses servidores em “especiais”.

A nova denominação, porém, pouco mudará nas atribuições desses funcionários.

O texto, proposto pela Mesa Diretora da Assembleia, dribla uma ação do Ministério Público de São Paulo que considerou inconstitucional a livre nomeação de servidores para exercer funções técnicas na Casa.

Esses servidores em cargos de confiança frequentemente são apadrinhados políticos de deputados.

Em dezembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo atendeu a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público.

Gianpaolo Smanio, procurador-geral de Justiça, considerou inconstitucional a contratação sem concurso de alguns assessores, assistentes e auxiliares técnicos.

Esses cargos não têm “atribuições de assessoramento, chefia e direção, pois desempenham funções técnicas” e deveriam ser preenchidos por efetivos, “por não exigirem para seu bom desempenho especial relação de confiança”, escreveu Smanio na ação.

O número de servidores comissionados (2.927) é quase quatro vezes maior que o de efetivos (759) na Assembleia.

A liminar do TJ vedou novas contratações até que a Assembleia desse esclarecimentos e revisasse sua estrutura. Mas, em janeiro, o procurador concordou com a suspensão da liminar por 90 dias, sob o argumento de que a Assembleia havia criado uma comissão para reformular os cargos.

‘REFORMULAÇÃO’

O projeto que rebatizou os cargos foi apresentado no dia 8 de março e tramitou em regime de urgência.

Em resumo, o texto extingue os cargos de assessores e assistentes técnicos e os transforma em secretários e assistentes especiais — dando a eles nomenclatura de

pessoas com responsabilidades de coordenação.

A **Folha** pediu que advogados especialistas em direito administrativo confrontassem o projeto de lei com a ação do Ministério Público.

A avaliação é que a mudança se limitou a renomear cinco tipos de cargos e dar a eles atribuições genéricas, descritas com verbos como “coordenar” e “orientar”, para parecer funções de assessoria.

O futuro assistente especial de gabinete, atual assistente técnico legislativo, por exemplo, terá a função exclusiva de “orientar assessorias dos gabinetes e demais membros da bancada sobre deliberações do Colégio de Líderes ou de reunião da bancada”.

Em geral, o Colégio de Líderes — encontro dos líderes das bancadas para definir a pauta e outras prioridades da Casa — se reúne uma vez por semana, às terças-feiras.

A nova descrição dos cargos também deixa explícito que os comissionados poderão fazer trabalhos “internos e externos” — o que, segundo um dos advogados consultados pela **Folha**, abre brecha para possíveis “fantasmas” na Assembleia.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Em Araraquara (SP), o Ministério Público também questionou vários comissionados na Câmara Municipal, em 2015. Os vereadores os demitiram e, em seguida, os recontrataram, depois de trocar os nomes dos cargos.

A Promotoria local chamou a manobra de “burla” e ajuizou ação de improbidade.

Sobre a Assembleia, o procurador-geral de Justiça informou que analisará o projeto dos deputados em juízo.

> OUTRO LADO <

Projeto não dá benefício, diz direção da Casa

A direção da Assembleia Legislativa de São Paulo afirmou, em nota, que “a nova nomenclatura harmoniza as atribuições dos antigos cargos com os designios da Constituição Federal”.

Ainda segundo o Legislativo, o projeto de lei que foi enviado ao governador para ser sancionado garante “maior transparência ao delimitar as funções desempenhadas pelos servidores”.

“O projeto não concede qualquer tipo de benefício ou alteração de jornada de trabalho já executada”, diz a nota.

Questionada sobre o futuro assistente especial de gabinete, cuja única função será orientar os gabinetes sobre as deliberações do Colégio de Líderes, a Assembleia afirmou que “essa é uma das principais reuniões do Parlamento”.

A nota diz que o colégio se reúne três vezes por semana. O normal, porém, é que a reunião seja semanal, às terças.

ENTENDA O CASO



O QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO PEDIU

● O procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Smanio, considerou inconstitucional a contratação excessiva de funcionários comissionados para exercer funções técnicas na Assembleia

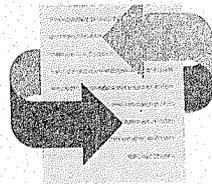
● De acordo com a Constituição Estadual, só podem ser nomeados para cargos de confiança funcionários com atribuições de chefia, direção ou assessoramento

● Em dezembro, o Ministério Público moveu uma ação direta de inconstitucionalidade com pedidos de esclarecimentos ao Governo e à Assembleia. O Tribunal de Justiça acolheu o pedido e suspendeu novas contratações

A REAÇÃO DO LEGISLATIVO

● Em sua defesa, o parlamento paulista afirmou que já tinha instalado uma comissão para propor uma reestruturação nos quadros administrativos da Casa

● Com isso, conseguiu a suspensão da liminar judicial e garantiu que formularia um projeto para atender aos pedidos da Promotoria



O NOVO PROJETO

● A mesa diretora anterior apresentou em 8/3 um projeto de lei para atender ao pedido do Ministério Público, que tramitou em regime de urgência. Aprovado na semana passada, aguarda sanção do governador

● A proposta apenas altera o nome de cargos já existentes. Saiu o “técnico”, entrou o “especial” —sem que nada mude em suas atribuições

● Assistente Técnico Parlamentar **virou**
● **Secretário Especial Parlamentar**

● Assessor Técnico Parlamentar **virou**
● **Secretário Especial Legislativo**

● Assessor Técnico de Gabinete **virou**
● **Assessor Especial de Gabinete**

● Assistente Técnico Legislativo II **virou**
● **Secretário Especial de Gabinete**

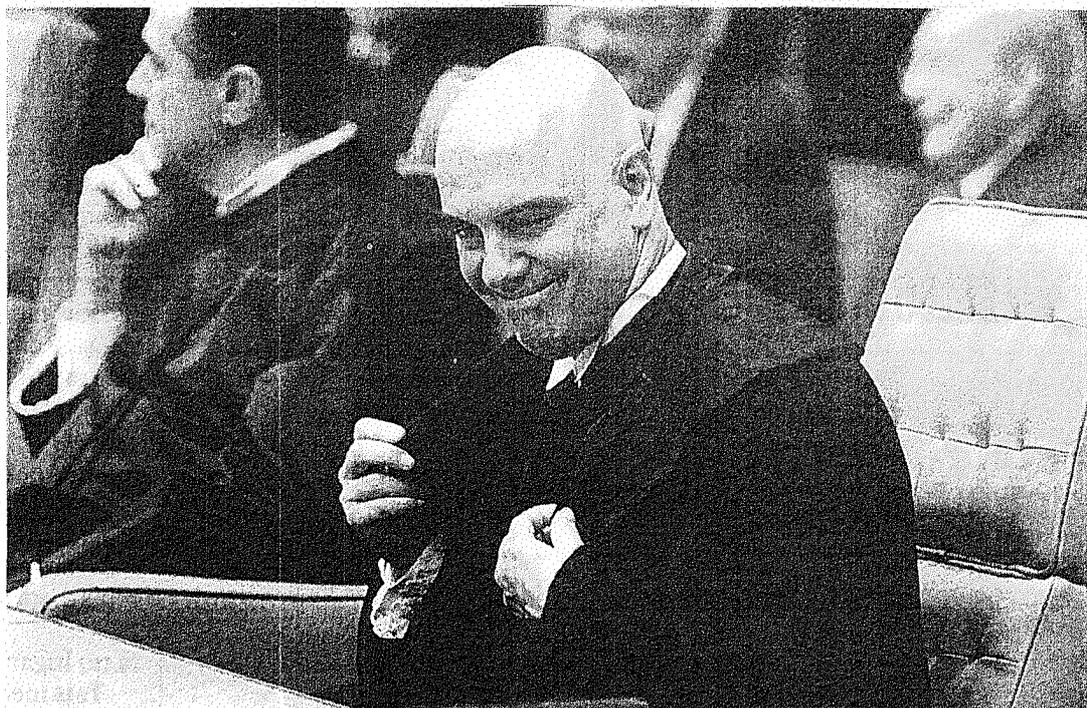
● Assistente Técnico Legislativo III **virou**
● **Assistente Especial de Gabinete**

23 MAR 2017



MORAES TOMA POSSE NO STF

O ex-ministro da Justiça **Alexandre de Moraes (foto)** tomou posse ontem como ministro do Supremo Tribunal Federal. Aos 48 anos, ele assume a cadeira que era de Teori Zavascki, morto há dois meses, num acidente aéreo no litoral do Rio de Janeiro. Moraes afirmou à imprensa que assume o cargo "com muita felicidade, muita honra, muita responsabilidade e com absoluta convicção de que o meu trabalho pode auxiliar o STF". Sobre o embate entre Gilmar Mendes (STF) e Rodrigo Janot (Procuradoria-Geral da República) acerca de vazamentos de informações, Moraes evitou o assunto.



Rodrigo Janot rebate críticas do ministro Gilmar Mendes

Procurador-geral da República disse que o juiz do Supremo é um “corteador desavergonhado” do poder público que teve “disenteria verbal”

● O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu a Lava Jato e a Procuradoria-Geral da República, afirmando que o Ministério Público Federal não realiza coletivas de imprensa em “off” e rebatendo as críticas feitas na terça-feira (21) pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que acusou a PGR de praticar crimes de vazamento de conteúdos sigilosos de investigações.

Apesar de não ter mencionado o ministro do STF, Janot não deixou dúvidas de que seu alvo era Gilmar Mendes. Janot chamou de “mentira” a informação de que a PGR realiza “coletivas de imprensa em ‘off’”, que foi divulgada pela ombudsman da “Folha de S. Paulo”, Paula Cesarino Costa, em texto publicado no domingo (19).

“Aliás, essa matéria jornalística sequer ouviu o outro lado. Nós não fomos chamados a nos pronunciar sobre essa mentira”, disse o

procurador durante uma reunião de procuradores eleitorais em Brasília. “Aliás, a matéria imputa essa prática como sendo uma prática corriqueira nos Três Poderes da República e, apesar da imputação expressa de até o STF [fazer tal prática], não vi uma só palavra de quem teve uma disenteria verbal a se pronunciar sobre essa imputação ao Congresso, ao palácio e até ao Supremo”, disse Janot.

“Só posso atribuir tal ideia a mentes ociosas e dadas a devaneios, mas infelizmente com meios para distorcer fatos e desvirtuar instrumentos legítimos de comunicação institucional”, disparou o chefe da Procuradoria-Geral da República.

Não foi a primeira vez em que Janot respondeu a declarações de Gilmar Mendes críticas ao Ministério Público Federal. Desta vez, Janot preparou um discurso, mas, nos momentos mais incisivos, não se ateu ao texto.

O procurador-geral da República disse que “sempre houve, na história da humanidade, homens dispostos a sacrificar seus compromissos éticos no altar da vaidade desmedida e da ambição sem freios”.

“Esses não hesitam em violar o dever de imparcialidade ou em macular o decoro do cargo que exercem; na sofreguidão por reconhecimento e afago dos poderosos de plantão, perdem o referencial de decência e de retidão”, disse Janot.

Janot disse também que, “mesmo quando exercemos nossas funções dentro da mais absoluta legalidade, estamos sujeitos a severas e, muitas vezes, injustas críticas de quem teve interesses contrariados por nossas ações”. “A maledicência e a má-fé são verdugos constantes e insolentes.”

“Procuramos nos distanciar dos banquetes palacianos. Fugimos dos círculos de comensais que cortejam desavergonhadamente o poder político.”

Rodrigo Janot, procurador-geral da República.

23 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Fiscal presa em operação cita Serraglio como o “velhinho que está conosco”

Maria do Rocio Nascimento faz referência ao nome do ministro da Justiça em conversa com funcionário da Seara

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● Em conversa telefônica interceptada pela Polícia Federal em 2016, com autorização judicial, investigadores da Operação Carne Fraca registraram conversa da fiscal Maria do Rocio Nascimento, presa preventivamente na sexta-feira (17), em que ela cita o nome “Serraglio” — possível referência ao ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB-PR) — como “o velhinho que está conosco”.

Em uma conversa com Flavio Evers Cassou, funcionário da Seara, controlada pela JBS, e ex-servidor do governo do Paraná cedido para o Ministério da Agricultura reclama sobre uma alteração proposta no Congresso que trata sobre a fiscalização de cargas animais, e diz que a proposta tinha um substitutivo do deputado federal “Dirceu Speraficos”, que seria Dirceu Sperafico (PP/RS).

“Pô, mas o Speraficos? O Speraficos não é o velhinho que está conosco?”, pergunta Maria

do Rocio. “Não, esse é o Serraglio”, completa ela. “Esse Dirceu Speraficos é um f.”

No diálogo, a investigada relata preocupação em ser exonerada e pede “aquilo” para Cassou.

A conversa interceptada é de 1.º de fevereiro de 2016. Os dois alvos foram presos preventivamente pela Carne Fraca.

Grampo

A Carne Fraca monitorou os telefones dos investigados durante quase um ano, com autorização do juiz federal Marcos Josegri da Silva. Nas escutas, a PF registrou citações ao atual ministro e até mesmo conversa com o fiscal agropecuário Daniel Gonçalves Filho, superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016, apontado como um dos líderes do esquema. Serraglio assumiu o Ministério da Justiça no início do mês. O peemedebista não é alvo da investigação.

A Carne Fraca aponta Daniel Gonçalves e Maria do Rocio como os “líderes da organização criminosa”.

No caso do diálogo em que o próprio Osmar Serraglio fala, segundo a PF, ele se refere a Daniel Gonçalves como “o grande chefe”.

A PF encaminhou à Justiça, com sugestão para envio à Procuradoria-Geral da República, relatório que cita Serraglio.

NOMEAÇÃO

Ministro diz que indicação de representante passou pelo partido

● O ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, reitera que a indicação do cargo de responsável pelo Ministério da Agricultura no Paraná passou pelo partido.

O nome de Daniel Gonçalves Filho, em 2007, surgiu do então deputado Moacir Micheletto e foi chancelado pela bancada do PMDB do Paraná e lá permaneceu nos governos Lula e Dilma.

A senadora Kátia Abreu, então ministra da Agricultura na época, reconheceu ontem que, para manter o superintendente regional no Paraná, ela exigiu a concordância do senador Roberto Requião, o que de fato ocorreu, segundo ela.

Assim, Daniel foi ratificado. Serraglio destaca ainda que há mais de um ano Daniel Gonçalves Filho não ocupa o cargo na Superintendência Regional do Mapa no Paraná. Em nota, a JBS, que controla a marca Seara, disse que “não compactua com qualquer desvio de conduta de seus funcionários e tomará todas as medidas cabíveis”.

23 MAR 2017
GAZETA DO POVO

PRIXÃO

IMPOSTO
IMPOSTO IMPOSTO
IMPOSTO



23 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Mudanças previdenciárias passam por embates locais

Estados e municípios terão de fazer suas reformas após a exclusão de seus servidores do projeto do governo federal. Greca prepara ajuste e já enfrenta oposição

Euclides Lucas Garcia e João Frey

● Incluída pelo presidente Michel Temer (PMDB) no texto da reforma após apelos dos governadores, a mudança previdenciária para servidores estaduais e municipais agora terá de passar pelas assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

O prefeito de Curitiba, Rafael Greca (PMN), já prepara mudanças na previdência do município, que devem chegar à Câmara Municipal ainda nesta semana. Em linhas gerais, o Executivo deve propor quatro medidas: a criação de um fundo de pensão para os servidores que queiram receber acima do teto do INSS; a recuperação de valores referentes à contribuição patronal para inativos e pensionistas, que o município entende que foram pagos indevidamente; o aumento progressivo da alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%; e o equacionamento

em 35 anos do déficit atuarial e das dívidas atuais.

Reação

Os sindicatos que representam os servidores municipais de Curitiba já deixaram claro que farão forte oposição às medidas de austeridade fiscal que serão enviadas pelo prefeito à Câmara — que também incluem a limitação dos gastos com pessoal ao crescimento da receita.

Coordenadora-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sismuc), Irene Rodrigues dos Santos diz que as medidas rompem negociações que já vinham sendo feitas entre a prefeitura e os servidores. Para Irene, os servidores não podem ser penalizados pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto de Previdência do Município (o IPMC) porque o déficit atuarial e as atuais dívidas não foram ocasionados por falta de pagamento da quota dos servidores, e sim da própria prefeitura.

A coordenadora do Sismuc também é contrária ao modelo de previdência complementar apresentado pela equipe de Greca. “Isso não garante aos servidores que não vai haver qualquer prejuízo ao longo do tempo. Nós não acreditamos na especulação financeira”, diz Irene, referindo-se ao plano da prefeitura de aplicar no mercado os recursos dos servidores depositados no fundo de pensão.

PARANÁ

No governo do estado, ainda não há informações quanto a eventuais mudanças no regime previdenciário. Até porque a mais recente reestruturação da Parana previdência promovida pelo governador Beto Richa (PSDB) resultou no amplo confronto entre professores e policiais do dia 29 de abril de 2015, em frente à Assembleia Legislativa. Uma certeza, porém, é que deve ser criado um plano de previdência complementar para os servidores que queiram receber acima do teto do INSS.

23 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Requião entrega novo relatório do projeto de abuso de autoridade à CCJ

● O senador Roberto Requião (PMDB-PR) entregou ontem o novo relatório do projeto que atualiza a lei de abuso de autoridade à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Segundo Requião, o apoio ao texto no Congresso cresceu após a operação Carne Fraca da Polícia Federal (PF), que teria mostrado “o que é o abuso de um delegado e o prejuízo que ele pode causar”. Para o senador, a operação é importante, mas se transformou em um “espetáculo midiático” que atingiu “todo um setor econômico que nada tinha a ver com isso”. Requião disse que delegados como Maurício Moscardi Grillo, que coordenou a Carne Fraca, estão “testando a estrutura judiciária brasileira”.

Gaveta

Requião disse que fez apenas uma modificação em relação ao primeiro relatório, para impedir o que chamou de “embargo de gaveta”, que passaria a ter que ser justificado por promotores e juizes. Caso contrário, eles seriam punidos. “Se não fica essa brincadeira do [procurador-geral da República, Rodrigo] Janot mandar um pedido de abertura de inquérito contra o senador Aécio Neves [PSDB-MG] depois da prescrição. Pode demorar, mas essa demora tem que ser justificada”, afirmou.

O primeiro relatório de Requião chegou a entrar na pauta do plenário no final do ano passado, mas voltou à CCJ após críticas de entidades ligadas ao Judiciário e ao Ministério Público e forte pressão popular. Na época, o então presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) foi acusado de agir em retaliação à Lava Jato.

O assunto tornou a ganhar força no Senado devido à operação Carne Fraca. A maioria dos senadores criticou a atuação da PF na condução e divulgação dos fatos que, segundo eles, teriam prejudicado o setor agropecuário.

O líder do PMDB e principal defensor do projeto, Renan Calheiros (AL), definiu a atuação da PF na operação como “abuso de autoridade”, enquanto a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) afirmou que é por razões assim que a proposta precisa ser votada.

URGÊNCIA

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), confirmou que o projeto que altera a lei de abuso de autoridade vai entrar na pauta da comissão e pode ser votado num prazo de 10 a 15 dias. “É preciso lembrar que essa proposta tramita em regime de urgência”, afirmou. Entretanto, ele disse que fará o possível para que o projeto seja debatido e, por isso, a proposta não será votada já na próxima sessão, na quarta-feira (29). “Eu poderia conceder vista de algumas horas ou dias, mas vou conceder vista de uma semana para que todos os senadores possam ler e discutir o projeto.” O projeto é criticado por entidades ligadas ao Judiciário e ao Ministério Público, que o consideram prejudicial para as investigações.

23 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Unidade em Piraquara é considerada modelo

O Paraná colocou em funcionamento uma unidade prisional considerada modelo em tratamento penal no país. De regime fechado, a Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão, localizada no Complexo Penitenciário de Piraquara, é um lugar em que os presos dedicam-se o dia todo a atividades educacionais e de trabalho. Nesta quinta-feira (23), a unidade receberá a visita de integrantes da Organi-

zação dos Estados Americanos (OEA).

Resultado de uma parceria do Governo do Estado com o Tribunal de Justiça, a unidade de progressão faz parte das ações do projeto "Cidadania nos Presídios" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo da unidade prisional - que iniciou suas atividades em novembro do ano passado - é preparar os detentos para voltarem ao convívio social após o cumprimento total da pena. ●



Na unidade, os detentos recebem atividades educacionais

23 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS



Moraes foi recebido ontem pelos outros ministros do STF

Moraes diz que ajudará STF a combater corrupção

O ministro Alexandre de Moraes, empossado ontem (22) no Supremo Tribunal Federal (STF), disse que assume o cargo na "absoluta convicção" de que seu trabalho pode auxiliar a Corte no combate à

corrupção. Entretanto, não respondeu a perguntas de jornalistas relativas à Operação Lava Jato.

Em uma rápida entrevista, Moraes foi questionado se se declararia impedido de julgar no

STF casos em que eventualmente estivessem envolvidos integrantes do governo Michel Temer ou do governo paulista de Geraldo Alckmin, dos quais fez parte. Ele, no entanto, preferiu não responder. ●

Janot nega vazamento de nomes da lista

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, respondeu, em discurso nesta quarta-feira (22), à acusação de que Ministério Público vazou nomes sob sigilo da chamada "lista do Janot". Segundo ele, as críticas são resultado de "disenteria verbal" e "decrepitude moral".

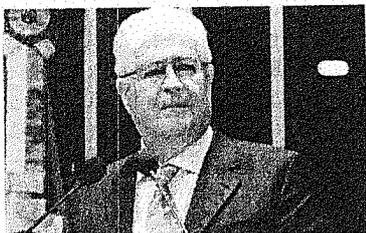
Nesta terça-feira (21), o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes acusou a Procuradoria Geral da República de ter cometido

"crime" porque, segundo ele, vazou parte dos nomes de políticos que integram a lista sigilosa de pedidos de abertura de inquérito feitos pela própria PGR ao STF.

A lista tem por base nas delações de executivos e ex-executivos da empreiteira Odebrecht. O relator da Operação Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, ainda decidirá se autoriza os inquéritos e se retira o sigilo das delações. ●

23 MAR 2017

BEMPARANÁ



Bloqueio

O juiz José Eduardo de Mello Leitão Salmon, da 4ª Vara Cível de Curitiba determinou o bloqueio de R\$ 110 mil das contas do senador **Roberto Requião (PMDB)**. A decisão atende a pedido dos advogados do ex-governador Jaime Lerner, que entrou com ação contra Requião por dano moral, em razão de declarações do peemedebista na campanha de 2010. “Na verdade achei que o Lerner estava preso. Ele está condenado a nove anos de cadeia, mas entrou com recurso e conseguiu efeito suspensivo”, afirmou na ocasião o senador.

Indenização

“É inequívoca a responsabilidade do autor (da frase), que deriva da ilicitude de sua conduta e do nexó entre esta e os danos morais”, disse o juiz na sentença. Segundo José Cid Campelo Filho, advogado de Lerner, esta é a segunda condenação de Requião por ataques ao ex-governador. Na primeira ação, julgada em 2014, o valor da indenização era de R\$ 30 mil. Como não houve o pagamento do valor, agora a Justiça mandou sequestrar os recursos das contas do senador.

23 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

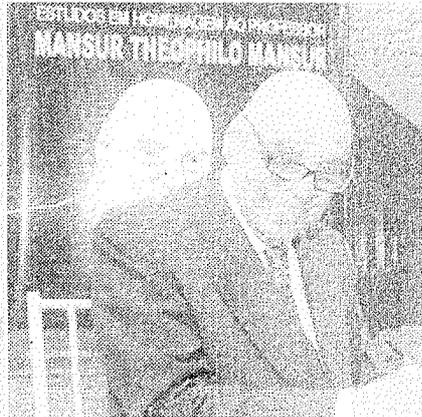
Mansur Theóphilo Mansur: o direito e a justiça acima de tudo

Quando 2018 vier, o advogado e professor Mansur Theóphilo Mansur irá comemorar suas bodas de ouro na Faculdade de Direito de Curitiba, hoje Unicuritiba. Titular da cadeira de Direito Financeiro e Direito Tributário desde 1968, ele formou ao longo de quase cinco décadas 18.500 alunos, contados na ponta do lápis.

Foi presidente da OAB-PR, "paradigmático", segundo muitos advogados ouvidos pela coluna/blog.

MUDANÇA DE RUMO

Mansur significa "vitorioso" em árabe. Ele é vitorioso duas vezes. Ao vencer a pobreza, a indesejada das gentes, e ao impor-se na vida, superando adversidades e tornando-se referencial social e cultural. É filho de libaneses imigrantes fugidos da guerra imposta pelo Império Otomano, em 1916. O pai e a mãe deveriam rumar para Mar del Plata, na Argentina, mas o nascimento de sua irmã, a segunda em uma prole de 12 filhos, os obrigou a desembarcar no Porto



Mansur Theóphilo Mansur de Paranaguá.

ABAIXO DE ZERO

Theóphilo Mansur, o caçula, nasceu em 1933. Fará 85 anos, quando o meio século de magistério chegar. Diz que a miséria sempre o assombrou.

Perdeu quatro irmãos no torvelinho da precariedade da saúde pública. Não começou do zero, começou abaixo de zero, conta. Tirou pó de pratos em casa de louças, foi faxineiro em escritório de advocacia e garçom improvisado nas rodas de pôquer que grupos de judeus organizavam na padaria do pai. Convivia bem nesse encontro

inter-religioso, sendo ele e sua família católicos romanos praticantes.

ASSÍDUO

Para conciliar o trabalho e o estudo, matriculou-se no curso noturno da Faculdade de Direito de Curitiba. Era presença assídua na classe como foi presença assídua em sua longa carreira como professor. Até agora só esteve ausente dois dias. E por motivos de saúde.

Nunca solicitou licença-prêmio e nunca tirou um período de descanso além daquele previsto no calendário.

HOMEM DE PRINCÍPIOS

Em 1966, foi nomeado promotor da 5ª Região Militar, durante o movimento militar que depois virou ditadura. No cargo conduziu-se com mérito.

Jamais compactuou com os desmandos e com as arbitrariedades. Foi dispensado em menos de um ano. Talvez porque os militares de então tenham visto nele alguém sustentado por princípios muito seguros, lastreados na justiça. Coisa rara naqueles tempos.

MEMÓRIA VIVA

Dois anos depois foi convidado para assumir a cátedra de Direito Financeiro na Unibrasil e nunca mais abandonou a profissão.

Em entrevista para o livro "Vozes do Paraná, volume 9" – a ser lançado em agosto, Mansur Theóphilo Mansur narra, com primorosa lucidez, os acontecimentos que cercam sua vida. É a memória de um tempo em que Curitiba era tão fraterna e justa quanto uma caderneta de merceiro.

MANSUR HÁ 50 ANOS LUTA PELO DIREITO

Um dos mais representativos advogados do Paraná, ex-presidente da OAB-PR, professor universitário que formou milhares, Mansur Theóphilo Mansur está a caminho em comemorar 50 anos de luta pelo Direito e pela Justiça. Ele é uma preciosidade moral, profissional e do magistério paranaenses.



UniBrasil

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Alexandre
de Moraes é
empossado
na vaga de
Zavascki no
STF**

23 MAR 2017

O jurista Alexandre de Moraes foi empossado ontem no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Moraes passa a ocupar a cadeira deixada por Teori Zavascki, que morreu em um acidente de avião em janeiro. Com a posse, a Corte volta a ter 11 membros. O novo ministro poderá ficar no STF até 2043, quando completará 75 anos, data limite para aposentadoria compulsória.

A cerimônia foi acompanhada pelo presidente da República Michel Temer e pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), além de outras autoridades do Judiciário. Como é praxe na Corte, o novo ministro não discursou, apenas fez o juramento de posse. "Prometo bem e fielmente cumprir os deveres do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a Constituição e as leis da República".

Moraes foi indicado ao Supremo pelo presidente Michel Temer e teve o nome aprovado no mês passado pelo Senado. O novo ministro deverá receber cerca de 7 mil processos ao tomar posse no tribunal.

Janot nega vazamentos

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiu ontem às recentes declarações de que integrantes do Ministério Público Federal (MPF) teriam realizado uma "entrevista coleti-

va" informal com jornalistas para vazar informações sigilosas da Operação Lava Jato. Sem especificar o autor, ele classificou manifestação recente sobre o assunto de "disenteria verbal".

23 MAR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Policiais são condenados

A 8.ª Vara Criminal de Curitiba e Região Metropolitana condenou dois policiais militares e mais oito pessoas a penas de prisão e multa. A decisão também determinou a retenção de bens (veículos e armas) e a perda do cargo dos policiais. Investigados pelo Gaeco, com o apoio da Polícia Militar, em 2015, os dez réus foram denunciados por associação e tráfico, corrupção ativa e passiva e posse ilegal de armas. A base de atuação do grupo que agiu de maio a setembro de 2015 eram os bairros Xaxim e Boqueirão. Por responderem por mais crimes, os policiais tiveram penas maiores. Um foi condenado a 42 anos, dez meses e 15 dias de prisão, além de 3.281 dias-multa. Outro recebeu pena de 29 anos, sete meses e 15 dias de prisão, além de 2.312 dias-multa. Cada dia-multa corresponde a cerca de R\$ 26 (1/30 do salário mínimo da época).

Além das multas aplicadas a todos, o líder da quadrilha foi condenado a 21 anos de prisão, e o comparsa mais próximo teve pena de 17 anos. Uma mulher que usava o próprio estabelecimento para o tráfico foi condenada a 22 anos. Os demais participantes tiveram penas entre cinco e sete anos. Ainda cabe recurso da sentença. Dos dez condenados (sete homens e três mulheres), seis estão presos, incluindo os dois policiais militares, e quatro poderão recorrer em liberdade.

Cena do crime forjada

O juiz da Vara Criminal de Guaratuba decretou a prisão de dois policiais militares pelo homicídio de um jovem, de 18 anos, em 4 de fevereiro. As prisões foram cumpridas pela Corregedoria Geral da Polícia Militar ontem. Os dois policiais - um 1º tenente, de 27 anos, e um soldado, de 28 - foram denunciados pelo crime nesta semana pela 2.ª Promotoria de Justiça de Guaratuba.

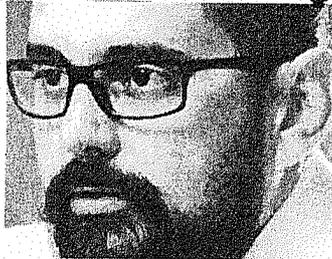
De acordo com a denúncia, o rapaz tratava em uma motocicleta quando foi perseguido e alvejado pelos dois policiais, que efetuaram 12 disparos em direção à vítima, dos quais dois o acertaram. Para tentar incriminar o jovem e justificar os tiros, eles teriam forjado uma cena de confronto armado, implantando junto ao corpo da vítima uma arma calibre 38, com número de identificação raspado e sem autorização, além de drogas: 32 gramas de cocaína e 64 gramas de maconha.

A Promotoria destaca que, durante as investigações, foi apurado que a vítima estava indo visitar a namorada e o filho recém-nascido, de um mês de idade, quando fugiu de abordagem policial e foi alvejado pelas costas pelos policiais denunciados. A motocicleta estava regularizada e o jovem tinha habilitação, mas teria fugido porque havia alterado o escapamento para produzir mais ruído e teve medo de ter a motocicleta apreendida. Os dois PMs já estão detidos em estabelecimento próprio para a custódia de militares em Curitiba.

23 MAR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Nem 1% foi revelado, diz delator



Daniel: PF fez em dois anos o que o ministério não fez em dez.

O fiscal agropecuário federal Daniel Gouveia Teixeira, responsável por denúncias que levaram à Operação Carne Fraca, afirmou que há uma série de irregularidades ainda não reveladas pela Polícia Federal (PF). Teixeira ressaltou que o pagamento de propina é frequente no processo de fiscalização da carne. "Não foi mostrado nem 1% do que foi descoberto pela Polícia Federal", disse.

O servidor do Ministério da Agricultura, que foi transferido de função desde o início das investigações, atribui as falhas à ingerência decorrente de indicações políticas. "É a interferência de políticos para tirar e colocar fiscais mais rigorosos em locais que não atrapalhassem interesses das empresas", relatou. Teixeira também revelou que havia denúncias relacionadas ao setor engavetadas há cerca de dez anos. "A PF conseguiu fazer em dois anos o que o Ministério da Agricultura não fez em dez".

Apesar de denunciar o envolvimento de colegas e frigoríficos nos casos de corrupção, o fiscal tranquiliza a população em relação ao consumo da carne produzida no País. "Não é motivo de pânico. A população tem de conhecer o produto, verificar se é fiscalizado. 90% dos meus colegas são pessoas honestas e qualificadas que trabalham para garantir a qualidade dos produtos."

Teixeira ainda afirmou que as irregularidades foram registradas ao longo de vários governos, ao menos desde o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e que não houve mudança após o PMDB assumir o Planalto. O delator disse não ter conhecimento de qualquer associação ou formação de cartel por parte dos frigoríficos que pagavam propina a servidores federais. Ele criticou ainda as tentativas de minimizar a importância da Operação Carne Fraca.

O funcionário representa a categoria como delegado sindical, mas garante não ser filiado a nenhum partido político. Ele recebe segurança da Polícia Federal e de outros órgãos de segurança do Paraná desde o início da operação, há dois anos e meio. (Estadão Conteúdo)

23 MAR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

MORAES ASSUME

O ministro Alexandre de Moraes tomou posse ontem no STF, em Brasília, um mês após ter sido nomeado pela Presidência da República e confirmado pelo Senado. Moraes assumiu a vaga do ministro Teori Zavascki, morto em janeiro, e herdará 6.959 processos do gabinete que aguardavam a sua chegada - já excluídos os processos da Lava Jato, redistribuídos para o ministro Edson Fachin. A solenidade teve a presença do presidente Michel Temer, da presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, de outros ministros do STF, bem como de uma série de autoridades dos Três Poderes. O novo ministro chega ao Supremo depois de uma passagem conturbada à frente do Ministério da Justiça, marcada por crise no sistema penitenciário, destruição de pé de maconha e até antecipação de uma fase da Operação Lava Jato.

DISENTERIA VERBAL

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusou o ministro Gilmar Mendes, do STF, de sofrer de "decrepitude moral" e "disenteria verbal". As críticas de Janot foram feitas em resposta à acusação do ministro de que procuradores teriam convocado uma entrevista coletiva em off na semana passada para vazarem os nomes dos políticos suspeitos de receber propina da Odebrecht. Janot não mencionou o nome de Mendes, mas fez uma série de referências que não deixam dúvidas.